



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 45ª
(QUADRAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 26 DE MAIO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Há número regimental. Está aberta a sessão ordinária de terça-feira, 26 de maio de 2015, às 16h6min.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Joe Valle, Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 40ª Sessão Ordinária;
- Ata da 41ª Sessão Ordinária;
- Ata da 42ª Sessão Ordinária;
- Ata da 43ª Sessão Ordinária.

Quero fazer um comunicado. Foi encaminhado à Mesa Diretora da Câmara Legislativa, pelo Deputado Wellington Luiz, o Memorando nº 2, que indica o Deputado Bispo Renato Andrade a Líder da Minoria no âmbito desta Casa de Leis. Consequentemente, solicitamos a publicação da indicação retromencionada no Diário da Câmara Legislativa.

A indicação em tela fundamenta-se no disposto no inciso III do art. 108 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que prevê expressamente a existência do Líder da Minoria. Então, foi indicado para Líder da Minoria o Deputado Bispo Renato Andrade.

Quero parabenizar a sua indicação. Ele é membro do nosso Bloco Amor por Brasília, que tem o Líder do Governo e o Líder da Minoria.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o item 113 da Ordem do Dia é um projeto de minha autoria que visa a fazer justiça principalmente aos filhos de pioneiros de Brasília. Ele dá prioridade, nos projetos habitacionais, aos filhos dos pioneiros de Brasília com idade superior a 30 anos, porque o que se tem visto na política habitacional de Brasília, nos últimos anos, é que a maioria dos contemplados são pessoas que chegaram aqui há quatro, cinco anos, em detrimento de pessoas que estão aqui praticamente desde a fundação de Brasília.

Chegar a Brasília, hoje, com tudo asfaltado, tudo bonito, é confortável. Mas quem conheceu Brasília no seu início – a luta, a poeira – sabe a guerra que foi para se manter aqui, com os filhos praticamente sem condições de estudar ou estudando em escolas distantes. Na política habitacional, Deputado Prof. Reginaldo Veras, esses filhos de pioneiros com mais de 30 anos são inscritos, mas não são contemplados.

Desde 2011, primeiro ano do meu mandato, venho batendo nessa tecla e solicitando aos Secretários de Habitação que estabeleçam um critério para beneficiar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

esses filhos de pioneiros. E não é fácil, não, porque tem que ser filho de pioneiro e ter mais de 30 anos de idade.

O que temos visto na política habitacional de Brasília é exatamente, Deputado Wasny de Roure, falta de critério. Quando resolvi fazer esse projeto de lei que está na Ordem do Dia – é o item 113 –, foi porque me cansei de falar com todos para que houvesse essa prioridade. Eles prometeram que iam fazer isso, mas era necessário um regulamento interno e nunca fizeram.

Acredito que só por meio de um projeto de lei que vire lei é que os filhos dessas pessoas que se sacrificaram, que vieram para Brasília na sua fundação, poderão ter a oportunidade de ter uma residência, de serem inscritos nesses programas habitacionais de governo, dentro de um critério que não seja apenas o de indicação política ou de valorização pelo poder aquisitivo que têm. Então, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que esse projeto seja colocado em votação.

Sr. Presidente Rodrigo Delmasso, faço em meu pronunciamento uma questão de ordem solicitando que o item 113, cujo projeto de lei dá prioridade, em programa habitacional, aos filhos de pioneiros com mais de 30 anos – não são os pioneiros de 30 anos, mas os seus filhos –, seja votado.

Que possamos, quando convidados para a entrega de chaves nesses programas habitacionais, ter a alegria de ver alguns filhos de pioneiros, talvez acompanhados de seus pais já velhos, idosos, verem que compensou vir para Brasília e lutar para a construção desta cidade. Essa oportunidade a esses filhos com mais de 30 anos é um reconhecimento à luta das pessoas que realmente trabalharam por esta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia. Só para relembrar, foi o item nº 113 que V.Exa. solicitou que seja incluído na Ordem do Dia?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Agaciel Maia, no momento em que todos os Líderes estiverem presentes, depois dos Comunicados de Líderes e de Parlamentares, nós iremos solicitar a quem estiver presidindo a sessão realizar a verificação com o Colégio de Líderes.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar no plenário desta Casa que o relatório da Adin solicitado pelo Ministério Público, declarando a inconstitucionalidade dos 33 projetos aprovados no ano passado por esta Casa, o Dr. Humberto Ulhôa deu parecer pela rejeição ao pedido do Ministério Público, entendendo que as proposições cumpriram efetivamente aquilo que a legislação determina, principalmente no que diz respeito à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, eu acho que isso é um fato importante. Ele é o Relator que estudou o caso durante várias e várias semanas. Isso dá uma demonstração de como esta Casa agiu e, portanto, é uma vitória para esta instituição. Não é apenas uma vitória para os servidores.

Naturalmente, ainda cabe aos demais membros do Conselho se pronunciar, mas creio que, enquanto Deputado e Presidente desta Casa na legislatura anterior, tenho o dever de comemorar o parecer de um dos mais altos e conceituados desembargadores, que é o Dr. Humberto Ulhôa.

Sr. Presidente, a segunda questão é que a nossa bancada me indicou para participar do encontro da UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, mas já se passaram duas semanas, e ninguém consegue se programar com uma decisão às vésperas da Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais. Quero pedir que os gestores desta Casa, responsáveis para dar desdobramento e publicação ao ato, deem celeridade a isso – porque há uma série de desdobramentos em relação a se a Mesa concorda ou não – para que não sejamos avisados às vésperas, como tem ocorrido em outros momentos e outros eventos que a Casa tem feito. A Casa tem avisado muito em cima da hora, impossibilitando a participação dos Deputados. Então, eu solicito uma resposta porque, se não for possível até o dia de amanhã, eu mesmo abrirei mão de participar do evento, porque não terei mais condições de atender a esse convite da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Wasny de Roure, obrigado. Esta Presidência irá fazer o encaminhamento formal à Mesa Diretora.

Gostaria de informar que o Desembargador Jair Soares também votou a favor do relatório. Já está 4 a 0, segundo informações do Serginho, que é o representante do governo.

Neste momento, gostaria de saudar as pessoas que se encontram na galeria: pessoal dos metroviários, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, numa luta constante, pessoal da Secretaria de Cultura. Parece-me que nós temos alguns alunos de algumas escolas também presentes nas galerias. Em nome da Presidente desta Casa, Deputada Celina Leão, agradecemos a presença de vocês. Gostaria de dizer que esta é a Casa do Povo, e, com certeza, esta Casa está aqui para ouvir a população do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Esta Presidência gostaria de referendar que esta Casa está muito preocupada em relação ao que aconteceu no Lixão esta semana: mais um catador morreu por causa do lixo que caiu em cima dele. Então, estamos apresentando um requerimento para pedir informações ao Serviço de Limpeza Urbana sobre a existência de um programa de proteção e melhoria das condições de trabalho dos catadores no Lixão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. Quero aqui saudar os nossos futuros policiais. (Palmas.)

Gostaria de dizer que nós ficamos extremamente indignados com o descaso com que o governo está tratando a segurança. Esse custo, eu já disse isso aqui, já denunciei, vai ficar muito alto para o Governo do Distrito Federal. A violência está aumentando e não está sendo combatida por falta de homens e de mulheres que estão dedicando a sua vida em favor da segurança. Nós lamentamos, mas podem ter certeza: nós não vamos desistir. Esta Casa tem um compromisso: vocês terão que ser convocados. É uma questão de prioridade. Se o governo tem realmente compromisso com a segurança, que contrate, não meia dúzia, que não faça cronograma, que convoque todos imediatamente, porque essa é uma necessidade.

Segunda questão, Sr. Presidente. Eu quero me ater ao Projeto de Lei nº 2.035, que é o veto que temos trabalhado tanto para ser derrubado. (Palmas.)

Farei alguns registros. Eu gostaria até da colaboração da galeria para que isso fique bem claro. Olhem só: de fato, é um veto polêmico, houve muita discussão, mas, neste momento, nós não podemos deixar de reconhecer o trabalho feito inicialmente pelos Deputados que tentaram derrubar o veto aqui na semana passada e posteriormente a construção que foi feita aqui na Câmara Legislativa, através do Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, que foi extremamente habilidoso, do Deputado Rodrigo Delmasso, da nossa Presidente e do Deputado Chico.

Gostaria de deixar bem claro que, se não fosse a pressão de vocês, se não fosse a mobilização de vocês, com certeza absoluta, esta Casa não estaria tão sensível como está hoje. Não podemos deixar de reconhecer essa construção, que envolveu inclusive o nosso Secretário Sérgio. Serginho, muito obrigado pelo trabalho que foi feito juntamente com o Secretário Marcos Dantas. Hoje, não tenham dúvidas, nós sairemos daqui com esse veto derrubado, não só para o bem de vocês, mas para o bem de Brasília.

Então, mais uma vez, parabênzo todos vocês, agradeço os Deputados que se dedicaram, que se empenharam e que hoje nos ajudam a derrubar esse veto. Esse projeto foi vetado equivocadamente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro. Acho que, nessas horas, o reconhecimento e os cumprimentos são importantes.

No dia de hoje, logo pela manhã, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o Deputado Julio Cesar nos convidou para participar do evento em que seria anunciado o apoio da bancada do governo em prol da derrubada do veto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

àquele artigo da LDO que estabelece a possibilidade de ampliação nas contratações previstas. Portanto, é uma vitória dos concursados do Metrô, da Secretaria da Cultura, da Secretaria da Educação, da Secretaria da Saúde, naturalmente é uma luta que tem uma repercussão em todas as demais categorias. É importante destacar isso. É uma vitória sobretudo do bom senso. Eu quero aqui cumprimentar o Líder do Governo e a categoria, que foi decisiva para sensibilizar a posição do governo de recuo e de derrubada do veto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Quero dar uma informação: agora está 5 a 0 a votação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios em favor da manutenção dos reajustes.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

Outra coisa, Sr. Presidente. Eu vou até ser muito cuidadoso com as palavras, pelo respeito que tenho com o nosso Governador Rodrigo Rollemberg, mas não posso deixar de registrar a minha indignação.

Ontem vi uma matéria no DFTV em que o nosso Governador, pessoa que eu admiro e respeito muito – sei do compromisso dele com esta cidade e da história que tem o nosso Governador –, foi extremamente infeliz. Muito infeliz, Deputado Rodrigo Delmasso, porque, quando ele condiciona o aumento dos servidores públicos à aprovação do – desculpem-me dizer desta forma, definir assim, porque esse é o meu sentimento – Pacote da Maldade II, é um ato de extrema irresponsabilidade porque joga nas costas desta Casa um direito que é do servidor público.

V.Exa. acabou de dizer: independentemente de o Governador querer conceder ou não o aumento, o Tribunal de Justiça está reconhecendo que ele é legítimo, que ele é legal, que ele é incontestável, Deputado Chico Vigilante. Portanto condicionar é, no mínimo – desculpa –, ingenuidade do Governador, porque não há como nós dizermos: “Só vamos dar o aumento se esta Casa aprovar aí os reajustes, aumento de impostos, aumento de alíquota de impostos”. Isso é verdadeiramente um absurdo.

Então, volto a dizer: até lamento muito ter que estar aqui na tribuna contestando o que foi dito pelo nosso Governador, pelo respeito que eu tenho a ele, mas, antes de ser Oposição ou base do governo, eu sou base do povo de Brasília. Eu acho que cada Deputado que foi eleito aqui tem um compromisso. Não é correto que o Executivo jogue no colo da Câmara Legislativa a responsabilidade pela má utilização, pela malversação dos recursos. O Poder Executivo é o responsável, e querer responsabilizar esta Casa não é correto, Deputado – V.Exa. que tão bem conhece o Orçamento sabe disso, sabe que o nosso Governador foi injusto ao atrelar uma coisa à outra.

Mas eu tenho certeza absoluta de que nenhum Parlamentar, de nenhum cada Deputado desta Casa vai se envergar a esse tipo de pressão. Nós não podemos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

admitir pressão dessa natureza, jamais, em qualquer momento, independentemente da nossa coloração partidária!

Então, quero chamar a atenção aqui dos pares: se tiverem que votar pelo aumento, que votem pelo aumento dos impostos, conforme a consciência de cada um, mas votar sob a pressão ou sob a ameaça de criar prejuízo aos servidores públicos esta Casa não pode jamais admitir.

Por fim, Sr. Presidente, eu, mais uma vez, quero aqui, e já fiz isso oficialmente... Na semana passada, eu recebi uma denúncia que eu reputo muito grave. Neste momento, o Governador, talvez num momento de infelicidade... Mas não dá para entender, Deputado. Eu recebi uma denúncia de que a Terracap ajuizou equivocadamente uma ação que gerou um prejuízo aos cofres públicos na ordem de 50 milhões de reais. Se tem dinheiro, tudo bem, você pode correr risco; mas não ter dinheiro, não pagar a dívida e correr o risco de gerar um prejuízo ainda maior? Foi o que a Terracap fez. Quem vai pagar essa conta agora? Serão os concursados da Polícia Civil, que não serão contratados, ou serão os servidores públicos, que terão que ser demitidos?

Então, eu já solicitei à Mesa Diretora que tome as devidas providências para que a Terracap explique a esta Casa o que de fato aconteceu. Por que uma ação ajuizada pela Companhia Imobiliária de Brasília, a Terracap, gerou um prejuízo na ordem de 50 milhões de reais, Deputado Julio Cesar? V.Exa., como Líder do Governo – nós queríamos apelar para a sua sensibilidade –, nos ajude a esclarecer isso. Não estamos aqui apontando culpado, não estamos acusando ninguém, mas uma coisa é certa: prejuízo de 50 milhões, na atual circunstância, em que o governo vive esse momento de crise, é algo lamentável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar eu quero parabenizar os companheiros e companheiras que estão nas galerias que se deslocaram dos mais variados pontos do Distrito Federal na esperança de que hoje façamos justiça: derrubar o veto para possibilitar a contratação de vocês.

Não tenho dúvida de que a Câmara Legislativa hoje vai derrubar o veto, por unanimidade. Depois vamos cobrar empenho do Governo do Distrito Federal no sentido de contratá-los. Eu até tenho dito que dinheiro existe, está faltando competência para gerir os recursos.

Vimos que o Governador, desde o primeiro momento, escolheu os servidores públicos como bodes expiatórios de uma crise fabricada por ele. Houve ameaça de parcelamento de salário, que não se concretizou graças à luta, e agora essa Adin que está no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que trata dos reajustes votados aqui em 2013.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Para a nossa felicidade, seremos vitoriosos hoje, porque o resultado do Tribunal aponta que o Desembargador Humberto Ulhôa e mais cinco desembargadores – portanto seis desembargadores, neste momento – já votaram pela legalidade dos aumentos. Isso é uma vitória da classe trabalhadora, para mostrar para o Governo do Distrito Federal que neste País há justiça. É fundamental isso que está sendo feito pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Eu não conheço outro jeito de fortalecer o serviço público, de prestar serviço de qualidade a não ser através da contratação de servidores pelo concurso público. O que não pode é ficar da maneira que se está fazendo: aumentando CNE – Cargo de Natureza Especial de apaniguados, de pessoas que não têm competência e que, muitas vezes, estão lá por causa de uma indicação política.

Vocês que estão aqui, não. A única coisa por que vocês vão agradecer é a dos pais de vocês – pois educação começa em casa –, que orientaram para que vocês tivessem uma boa dedicação. Depois, há o estudo a que cada um se dedicou. Quantas noites mal dormidas? Em quantos finais de semana vocês não tiveram lazer? Quantos dias vocês tiveram de trabalhar para garantir efetivamente que tivessem essa possibilidade de serem contratados? Portanto quero parabenizá-los. Tenham certeza de que hoje derrubaremos esse veto.

O segundo ponto é algo acontecido aqui ontem que achei lamentável. Uma Deputada desta Casa, a Deputada Sandra Faraj, que está aqui, convocou uma audiência para discutir um projeto. Primeiro o projeto diz que é para tirar partidos das escolas. Não existem partidos nas escolas. Não existem. Professor tem autonomia e liberdade. V.Exa. fez muito mal ao pegar um partido legal e começar a sua audiência pública apresentando o PT como corrupto. O Deputado Wasny de Roure, que está aqui não é corrupto. Eu não sou corrupto. O Deputado Ricardo Vale não é corrupto. O Deputado Wasny de Roure se retirou da sessão em protesto a isso.

Depois foi pior: autorizaram a segurança desta Casa a agredir professores. Está lá nas páginas do *Correio Braziliense*. Eu não posso aceitar que, na chamada Casa do Povo, trabalhadores, muito menos professores, sejam espancados. Eu estou, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – Deputado Wasny de Roure, Deputado Ricardo Vale e Deputado Chico Leite –, pedindo à Mesa Diretora desta Casa que abra um processo sério de investigação para punir os responsáveis. Não vamos aceitar em hipótese nenhuma, Professor Reginaldo Veras, que professor seja espancado, nenhum trabalhador.

Esta é a Casa da Democracia, é a Casa onde as pessoas têm que falar e ser ouvidas. Não pode haver truculência!

Portanto, exijo a investigação dessas agressões! Em nome da nossa bancada, estou formalizando o pedido para que sejam investigadas essas agressões de ontem! É inaceitável trabalhador ser agredido na Câmara Legislativa! (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Vice-Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar a galeria, os concursados do Metrô, e dizer que hoje é o dia de, no que depender de mim e do bloco que represento, derrubarmos o veto.

Eu gostaria de me dirigir também aos professores da Vila Planalto que pedem socorro aos Deputados sobre a creche. Nós temos a Comissão Especial em Defesa da Educação Infantil na Rede Pública do Distrito Federal, e vamos oficializar à Secretaria de Educação, ainda esta semana, a respeito da licitação, que nem começou a ser feita. Em 2013, derrubaram a creche de vocês e até agora não se tem notícia da licitação, ainda estão estudando o projeto básico. Então, eu gostaria de informar que irei oficializar à Secretaria de Educação que ela dê celeridade ao processo de licitação, acabando com essa situação vexatória de não haver creche na Vila Planalto e as pessoas terem de ir para a Asa Sul.

(Manifestações da galeria.)

DEPUTADA SANDRA FARAJ – É uma escola, eu sei, gente, é escola mesmo!

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Eu gostaria de pedir à galeria, a fim de garantirmos a fala dos Deputados, que se manifeste na transição da fala dos Parlamentares. Esta é a Casa do Povo, é a Casa onde o povo pode se manifestar e o respeito é mútuo. Obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Bom, eu gostaria de expressar a minha indignação pelo que aconteceu ontem. Desde que apresentei um projeto chamado Escola sem Partido, tenho sido vítima do Sindicato dos Professores, que tem taxado nosso projeto, tem dado apelidos ridículos, por exemplo, o projeto da mordaga.

Diante disso, Deputado Ricardo Delmasso, convoquei uma audiência pública para que pudéssemos escutar todos; para que pudéssemos escutar autoridades, doutores da área de ensino, Ministério Público, convidei todos os Deputados da Casa, todos, para que pudessem debater num fórum, num local de uso democrático.

O SINPRO – Sindicato dos Professores foi convidado inclusive para compor a Mesa! Só que, para minha surpresa, eles não vieram para participar de uma audiência pública, eles vieram com a intenção de causar confusão aqui na Casa. Inclusive, o Deputado Wasny chegou a passar pela audiência pública, mas creio que, por causa do cenário tão bagunçado aqui estabelecido, S.Exa. saiu.

Desde que apresentei esse projeto, tenho sido atacada por esse sindicato. Enfim, eu os chamei porque gostaria de saber onde estava a mordaga nesse projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Eu procurei garantir a fala do Sinpro. Fui altamente xingada, desrespeitada no plenário, fui atacada por representantes. O que me entristece muito é ver pessoas que dizem ser representantes de um sindicato, de professores que ministram a verdade, mas vêm aqui falando a mentira, dizendo que foram desrespeitados. Nós, o tempo todo, paramos a audiência pública. Paramos por quatro vezes por causa de algazarras, palavrões, palavras de baixo calão direcionadas a mim. O tempo todo falei a eles: venham, se inscrevam e falem. Mas a intenção não foi falar.

Um sindicato dessa maneira, que expressa mentiras, não pode estar representando professores vocacionados que falam a verdade nas salas de aula. Sei que não são todos os professores que se sentem representados por um sindicato que age dessa maneira. Sindicato que não prezou pela democracia, que não prezou pelo debate.

Deputado Chico Vigilante, é um absurdo o que V.Exa. falou aqui hoje, nesta tarde, porque, em nenhum momento, pedimos que fossem agredidos. Tenho testemunhas aqui, o Deputado Rodrigo Delmasso estava presente, tenho representantes do Ministério Público que ficaram estarecidos com o comportamento desses que se dizem representantes.

A real, a grande verdade é que eles não tiveram coragem para enfrentar um debate, não tiveram a coragem para enfrentar famílias que têm se sentido violentadas pela doutrinação ideológica dentro de sala de aula, quando querem impor comportamento pessoal ideológico nas cabecinhas de crianças inocentes; quando vem com seu comportamento fora do normal, conflitando com as famílias, com a moral das famílias, como vem acontecendo em sala de aulas. Agora vem falar de falta de democracia, alguém que não tem coragem de enfrentar um debate? Por que não enfrentaram o debate? Por que é forte demais para eles? Porque eles não estão acostumados com a verdade? Eu queria saber cadê a representação coletiva que o sindicato tanto preza? Porque vieram em um grupinho de cinco ou seis, xingaram doutores da UnB, xingaram professores doutores de universidades, e vem dizer que foram maltratados! Não foram e saíram nos xingando.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputada Sandra Faraj, quero apartear V.Exa. porque o que eu presenciei ontem, na audiência pública... Não cheguei no início, cheguei por volta das 20h. Um grupo de pessoas estava, a todo momento, interrompendo a audiência pública e sequer deixando que os membros da Mesa apresentassem suas ideias e opiniões. Não vi, em nenhum momento, V.Exa. ter qualquer atitude truculenta, mandando retirar as pessoas.

E ainda quero dizer mais, concordo com o Deputado Chico Vigilante. Temos que abrir uma investigação, sim! Quem tumultua qualquer tipo de audiência pública nesta Casa, seja Parlamentar ou não, precisa, obviamente, respeitar o espaço democrático.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Deputado Ricardo Vale, eu fui vice-presidente da União Nacional de Estudantes e, quando fui vice-presidente da UNE, eu era ligado a um partido que, somente depois de trinta anos, conseguiu chegar à Executiva Nacional da União Nacional de Estudantes, que é o PSDB. Todos os debates internos do congresso da UNE eu perdia, mas não saía do plenário porque eu entendia que aquele fórum, os partidos de esquerda, o PCdoB, o Partido dos Trabalhadores, o Psol, tinham uma grande maioria.

O que aconteceu ontem foi um desrespeito! No meio da participação de um professor, o Sindicato dos Professores interrompeu-lhe a fala e se retirou do debate, sequer esperando a sua fase para falar. Então eu concordo com o Deputado Chico Vigilante, Deputada Sandra Faraj. Nós temos que realmente ver a questão dessa investigação, e digo mais: se o Sindicato dos Professores estivesse aqui e visse as imagens, Deputada Celina Leão, que nós vimos, de cartilhas que ensinam adolescentes a como usar as drogas, a como usar o *crack*, a como cheirar cocaína, que ensina adolescentes a como manter relações sexuais, uma máquina de camisinha que ensina o adolescente dizendo que ele tem prazer! Quando ele retira uma camisinha perto de sua sala de aula, tenho certeza de que pelo menos aqueles professores que são pais reveriam a sua posição frente ao projeto Escola sem Partido – que não é um projeto da mordaga.

Só para concluir, Deputada, quero lembrar o seguinte: a mesma argumentação que foi utilizada na justificativa do programa Escola sem Partido foi utilizada pelo Partido Comunista do Brasil em 1991 para retirar a disciplina OSPB da grade de matérias das escolas no Brasil. O Deputado Jair Borsoi, do PCdoB do Rio Grande do Sul, disse que aquela matéria era uma matéria de ideologia e que se utilizava de ideologia para fortalecer a ditadura. Aí eu digo o seguinte: a mesma justificativa que foi utilizada em 1991 nós utilizamos hoje para que a sala de aula seja um espaço realmente democrático e não de mordaga. Nós não podemos aceitar que escola nenhuma seja espaço para formação ideológica, religiosa ou partidária.

O que acho engraçado é pensar que, em 1991, Deputada Celina Leão, o PCdoB e o próprio Partido dos Trabalhadores, pelo Deputado Raul Pont, do PT do Rio Grande do Sul, foram favoráveis à retirada desse projeto dizendo que essas disciplinas eram usadas para formação ideológica da ditadura. Por que hoje nós não podemos fazer isso?

Então, nós precisamos rever, sim. Deputada Sandra Faraj, peço a V.Exa. vênha para que possamos encaminhar as imagens aos 24 Deputados desta Casa, porque tenho certeza de que aqueles que são pais de famílias e aqueles que são mães com certeza não vão aceitar esse tipo de material dentro da sala de aula.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputada Sandra Faraj, para concluir, por causa do horário.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu pedi apalavra, Deputada Celina Leão, Presidenta, e Deputada Sandra Faraj, porque vim na sessão, eu tinha outro compromisso mas fiz questão de estar na fase inicial, porque realmente é um tema que quero discutir e em que quero aprofundar.

Infelizmente, a matéria está tendo um ingrediente, um debate extremamente ideológico. Família é uma realidade que existe numa cultura islâmica como é uma realidade que existe numa cultura cristã. Então, o debate é extremamente rico, mas o que nós presenciamos, e eu não estava aqui no momento do conflito...

E aí, sim, quero corroborar as palavras do Deputado Chico Vigilante, porque na abertura da sessão, eu realmente não tive condições de ficar, Deputada Sandra Faraj. Sou honesto ao dizer à V.Exa. numa sessão aberta, e disse isso na justificativa do projeto. Sou da comissão, o debate vai acontecer na comissão. Defendi junto da comissão que houvesse uma audiência pública, mas, numa audiência pública de temática extremamente relevante, reduzir o debate a uma acusação partidária, isso eu não posso aceitar.

Naturalmente é o que aconteceu no Congresso Nacional. O autor é o próprio Deputado Izalcy, que ontem estava aqui para fazer o debate, mas para mim, que sempre primei... Estou no meu sexto mandato, não estou no meu primeiro mandato, Deputada. Não tenho vergonha nenhuma das minhas contas feitas junto ao Tribunal Regional Eleitoral e de todas as minhas demais prestações de contas.

Porém, não aceito ser identificado como corrupto; não sou corrupto, Deputada Sandra Faraj. Ontem o que a matéria da abertura da sessão me impunha porque... querendo ou não, eu sou um Parlamentar do Partido dos Trabalhadores. Eu não posso participar de um processo de debate relevante para a sociedade impingido com esse debate, V.Exa. entendeu? Naturalmente, isso levou a uma inquietação no plenário bastante tensa. Então, o resultado foi muito em função do processo de debate que transcorreu aqui.

Eu gostaria muito, Deputada Celina Leão, de ter participado do debate e ter ouvido as figuras que o enriqueceram muito. Eu sei que o projeto da Deputada Sandra Faraj, com toda a discordância que pode ter aqui ou ali, é um debate que foca num dos temas que eu considero hoje dos mais relevantes. Mas, infelizmente, perdeu-se o clima do debate. Eu lamento, Deputada Sandra Faraj, pelo respeito que tenho a V.Exa.

Muito obrigado.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, é incrível o que foi colocado aqui. Primeiro o Deputado Chico Vigilante, de forma... Eu não vou usar uma palavra pesada porque eu acho que o Deputado merece respeito, mas colocar que foram tirados com truculência está realmente insultando a Câmara Legislativa, a Segurança da Câmara Legislativa, porque em nenhum momento foram tirados de forma truculenta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Na quarta vez em que eu parei a audiência pública, porque os militantes do Sinpro – que eu me recuso a acreditar que sejam representantes de professores sérios – estavam fazendo baderna. Eles foram convidados a se inscrever e a participar. Só que eles não quiseram, porque não vieram aqui com essa intenção.

Deputado Wasny de Roure, eu lamento suas palavras, porque nós não colocamos em nenhum momento sobre corrupção ou falamos que o PT estava fazendo corrupção. O que foi mostrado aqui foi um vídeo em que professores paravam a aula, pasmem vocês, para explicar o escândalo da CPI da Petrobras. Não é o fórum. Não é o fórum! Quer ser inocentado, é nos tribunais e na câmara. Não é dentro da sala de aula, parando aula para explicar de CPI de Petrobras. Desculpe-me, Deputado Wasny de Roure, o senhor não está sendo coerente com a sua colocação.

Eu vim aqui manifestar a minha indignação sobre isso, sobre como o Sinpro conduziu... Eu lamento pelos Deputados que falaram tanto que queriam um debate sobre o assunto, mas não tiveram coragem de estar aqui para debater sobre o assunto.

Ontem o Sinpro, lamentavelmente, se viu, sim, sem argumento algum, por isso provocou um tumulto na audiência. Porque eles realmente não tinham o que contrapor. Os berros não vão acovardar alguém que defende a família, alguém que tem argumento, que tem moral na cara. A democracia existe para ser exercida e esse tipo de colocação, tudo por causa de um partido, vale tudo por causa de um partido, não é o que a sociedade espera de nós. A sociedade quer representantes que tenham coragem de abraçar as causas e a cidade e lutar realmente contra a corrupção e a favor da democracia.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputada Sandra Faraj.

DEPUTADO JOE VALLE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputado Chico Vigilante, estamos com muitos alunos da Vila Planalto para reivindicar a escola que não existe na Vila Planalto. Eu queria agradecer... eles têm que sair agora. A Presidente me deu esse espaço.

Nós precisamos falar com o Governador, Sra. Presidente. Precisamos ter uma reunião com o Governador para tratar disso porque a situação é grave, gravíssima. Esse grupo todo está sem escola na Vila Planalto. Ela está destruída, foi demolida há dois anos. E nada, nenhum sinal da escola.

Então, eu gostaria de agradecer a presença de vocês, de todos os alunos. Nós estaremos trabalhando com a Presidente, com todos os Deputados, para que o Governador nos receba e possa dar uma saída para todos vocês que estão sem escola.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu queria saudar os alunos da Vila Planalto e convidar o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é o nosso Presidente da Comissão de Educação e Saúde, juntamente com o Deputado Joe Valle, que fez toda essa mobilização, para que consigamos já nesta semana marcar uma audiência com o Governador do Distrito Federal para tratar desse assunto. Tanto se falava aqui sobre a escola e vocês até sem escola se encontram neste momento. Então, contem conosco, com o trabalho da Presidência da Câmara e com todos os Deputados que quiserem abraçar essa causa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu não vou falar dessa polêmica porque eu já falei e amanhã pretendo falar mais. Eu vou falar de coisa boa que alegra a todos nós. Eu tenho a certeza de que V.Exa., que representa todos nós, está muito feliz no dia de hoje. Estão presentes no plenário do Tribunal de Justiça dezessete desembargadores, onze já votaram, unidos, pela manutenção dos reajustes e pela legalidade concedida por esta Casa. Portanto, já vencemos. Precisávamos de nove, já temos onze e certamente será dezessete a zero.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Chico Vigilante. Essa informação deixa esta Casa muito feliz.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu quero me associar às palavras do Deputado Chico Vigilante. V.Exa., como Presidente da Casa, teve uma atuação muito importante junto à Procuradoria na qualificação. Nossa bancada esteve no Tribunal de Justiça com o relator e também no Ministério Público, levando e documentando a defesa dos atos que foram votados nesta Casa. V.Exa. era Deputada Distrital na legislatura anterior.

É uma vitória desta Casa e uma vitória dos servidores sobretudo. É uma vitória da Câmara, pois tentaram criar uma condição de erro do processo legislativo, erro na análise da LDO e erro na votação. É uma expressão de vitória do Poder Legislativo, porque as 33 matérias a serem aprovadas passaram por esta Casa e se tornaram realidade por força deliberativa e pela representação dos Deputados. Portanto, é uma bela vitória do povo do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

Informo a todos os Parlamentares que a nossa Procuradora está desde ontem visitando os desembargadores no Tribunal. Ela fez uma sustentação oral



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

belíssima. Então, em nome da Presidência da Casa e de todos os Parlamentares, cumprimento a Procuradora-Geral do Poder Legislativo, Dra. Ana Carolina.

Quero também saudar os futuros servidores do Metrô. Foi uma semana difícil para nós. Na semana passada, eu, como Presidente deste Poder, precisei estar em vários eventos, e algumas pessoas que se encontravam na galeria fizeram uma má interpretação, como se estivéssemos fugindo de algum compromisso, o que não é real.

Quero parabenizar o Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, que juntamente conosco e com vários outros Deputados, como o Deputado Rodrigo Delmasso, estivemos juntos e conseguimos uma negociação junto ao governo para a derrubada do veto de vocês no dia de hoje. Então, eu quero parabenizar todos os Deputados envolvidos nesse trabalho: o Deputado Julio Cesar, o Deputado Rodrigo Delmasso e esta Presidência também. A gente conta com todos os Deputados aqui hoje para, rapidamente, usarmos a palavra nos Comunicados de Parlamentares e entrarmos já na votação. Por isso, adiantarei os trabalhos aqui.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na última sessão, quando foi discutida a questão do Metrô, ali da tribuna, eu falei que era solidário e apoiava o pessoal do Metrô. Mas como estava demorando para votar o projeto, e depois de ficar constatado que naquele momento não havia condições de votá-lo, eu tive de me ausentar para cuidar da internação da minha filha, que por sinal, logo em seguida, passou por um processo de cirurgia de câncer. No entanto, eu fui achincalhado por conta dessa medida.

Eu esperei para votar o projeto até quando pude esperar, mas tive de me ausentar por conta da cirurgia da minha filha. No entanto, algumas pessoas do Metrô – não vou generalizar – me agrediram nas redes sociais, e até mesmo também, depois, pessoalmente. Deixo bem claro que isso não é papel.... Eu sou a favor, sim, do trabalhador, sou a favor do pessoal do Metrô. Se for para votar, voto. Se houvesse condições de votar naquela última sessão, eu teria votado. Mas pelo fato de ter me ausentado para cuidar da minha filha naquele momento, que precisava ser internada, não posso ser apedrejado como fui.

Quero só esclarecer ao pessoal: estou com vocês!

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Lira, abro um parêntese na fala de V.Exa.

Vários Parlamentares foram agredidos, mas eu sei que isso não representa a maioria dos servidores que estão aqui em cima. Isso representa, Deputado Lira, uma minoria radical que não entende que um projeto como esse precisa de uma articulação política também, para que ele seja derrubado e tratemos com muita clareza o problema que nós temos hoje de contenção de despesas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Eu tenho certeza de que isso não representa a maioria dos servidores que estão aqui. Nós conseguimos, junto com um consenso, e hoje nós precisamos do voto de todos vocês para derrubarmos o veto. Eu tenho dialogado com algumas pessoas que têm demonstrado muita ira na internet. Eu disse para alguns servidores que a construção é um processo, não uma radicalização. Com radicalização não se chegará a nenhum consenso.

Eu quero explicar, Deputado Lira, que estivemos com alguns grupos em uma comissão, e isso não representa a maioria da comissão. Representa uma minoria.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais assessores, primeiramente eu quero dizer que nós estamos aqui para votar a derrubada deste veto ao Projeto de Lei nº 2.035 para que possamos, Sra. Presidente, valorizar o Metrô, a Defensoria Pública e a Secretaria de Cultura, que precisam de um aparelhamento estatal. Como eu disse mais cedo, a valorização do Metrô se dá pelo fortalecimento e contratação de novos servidores.

Também quero citar aqui a questão dos policiais civis. Eu quero dizer que esta Casa, Sra. Presidente, não é um Deputado somente. Todos os 24 Deputados Distritais têm trabalhado junto ao governo para nomeação dos concursados da Polícia Civil. Não é só um Deputado, e independe se é da Oposição, da Situação ou independente. Todos têm trabalhado para a nomeação porque entendemos que o fortalecimento da Polícia Civil é o fortalecimento da segurança pública do Distrito Federal.

Eu gostaria, Sra. Presidente, de fazer o relato de dois acontecimentos da semana passada. Não posso deixar de citar. Na semana passada, no Complexo Penitenciário da Papuda, um pastor da Assembleia de Deus de Brasília chegou ao local para fazer o seu trabalho evangelístico. Naquele momento, ao passar pela portaria, foi impedido de entrar com a Bíblia Sagrada, Deputado Wasny de Roure. Isso nos surpreendeu. Após ele argumentar com os agentes que se tratava de um material essencial para o trabalho que ele iria realizar, o pastor teria recebido uma autorização.

Mas vejam só, há anos as igrejas, não só evangélicas, mas católicas, centros espíritas, fazem trabalho no presídio e levam a Bíblia, o terço, aquilo que representa o símbolo religioso. Na semana passada, de forma truculenta, foram barrados. E o argumento seria que o pastor poderia estar levando algo ilícito dentro da Bíblia. Isso é um absurdo!

Então, eu quero deixar aqui o meu repúdio a essa atuação. Encaminhei um requerimento à subsecretaria responsável pelo Complexo Penitenciário da Papuda, para que possa explicar esse tipo de ação que aconteceu lá.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, eu quero dizer que também tomei ciência dessa situação. E ainda o pior: também tomei ciência de que algumas igrejas, não evangélicas, até podem entrar com roupas da sua crença, enquanto os pastores não podem entrar. Acho isso um absurdo.

Eu procurei saber, junto ao Secretário de Justiça – entrei em contato com ele –, que pediu que se aguardasse uma semana, até porque, em muitas dessas coisas, quem é o responsável, quem mandou fazer isso foi a própria Justiça. Ele está buscando uma saída para tentar adequar essa situação.

Eu não concordo, até porque os pastores vão ao presídio para evangelizar, para levar uma palavra amiga a muitos daqueles que realmente, em um momento turbulento, em momentos problemáticos, fizeram alguma coisa errada. Devemos dar uma oportunidade a eles e levar a palavra de Deus. Então, essa situação nós já estamos vendo. O Secretário se colocou à disposição para tentarmos equacionar o problema o mais rápido possível.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Deputado Julio Cesar, tenho certeza de que V.Exa. tem trabalhado em defesa desse segmento e tenho certeza também de que o Secretário João Carlos Souto é uma pessoa extremamente sensível e é favorável ao trabalho das instituições religiosas no complexo penitenciário. Com certeza, ele, com a sua sensibilidade, vai encontrar ali uma saída para que isso não aconteça mais.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, é muito mais para esclarecer. Evidentemente, apenas quem não conhece o sistema penitenciário é contrário a que os religiosos frequentem o local, porque o trabalho que os religiosos fazem é fundamental para o processo não apenas de ressocializar, mas até de acalmar a massa carcerária. Contudo, é importante que a gente tenha o conhecimento também de que algumas medidas dependem do juiz titular da Vara de Execuções Criminais e não do sistema penitenciário. Muita gente não sabe, mas o preso não é do sistema, ele é preso da Justiça. O sistema tão-somente o guarda para a Justiça.

Com o Secretário Souto, já conversei sobre o assunto. Ele está envidando esforços junto à Vara de Execuções Criminais para exatamente resolver esse tipo de questão. Eu queria só prestar esse esclarecimento a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Para concluir, Sra. Presidente, eu queria só citar um outro fato também que me deixou muito entristecido. Semana passada, o ex-Presidente Lula, numa reunião que teve com os trabalhadores e com os sindicatos, apesar de uma forma – como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

ele sempre coloca – sempre brincalhona, ironizou o trabalho de uns pastores dizendo: “Os pastores evangélicos jogam a culpa de quando as coisas não dão certo para cima do diabo. Acho isso fantástico. Você está desempregado? A culpa é do diabo? Você está doente? A culpa é do diabo. Tomou um tombo? A culpa é do diabo. Roubaram o seu carro? A culpa é do diabo”. São palavras do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Isso deixa em mim uma profunda tristeza porque o Presidente Lula tem uma história fantástica. Chegou à Presidência da República pelas mãos dos trabalhadores deste País. Conquistou o respeito do segmento evangélico porque foi o primeiro Presidente da República a chamar líderes religiosos de todos os segmentos a participar do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, e agora nós vemos uma declaração como essa dele, como estadista, como ex-Presidente? Na realidade, foi Presidente em dois mandatos, e o segmento religioso foi à TV pedir voto para o ex-Presidente Lula nas suas duas eleições.

Isso me deixou muito triste porque acredito que, mesmo sendo uma brincadeira, esse não é o sentimento do ex-Presidente Lula, que ainda disse mais, ainda ironizou a questão dos dízimos, que é colocada dentro das igrejas, e ainda fez uma interferência dizendo que os patrões são semelhantes aos pastores, que, quando não se consegue um aumento concedido, eles colocam a culpa no governo, ou seja, fez uma menção dizendo que o governo é o diabo e que os empresários agem como esses pastores, muitas vezes – aí ele deixou nas entrelinhas – podendo ali justificar o injustificável.

Então, eu quero aqui manifestar a minha maior tristeza diante dessa declaração do ex-Presidente Lula em relação ao trabalho dos pastores em todo o Brasil. Quando foi candidato à Presidência da República, fomos às ruas pedir voto para ele, porque acreditávamos no projeto dele.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Deputado Julio Cesar está abrindo mão de seu comunicado como Líder.

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Eu pergunto se algum Deputado gostaria de fazer uso da palavra. Gostariam de falar o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Deputado Ricardo Vale e o Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu quero aqui também expressar o meu apoio a todos os concursandos, principalmente ao pessoal do Metrô.

Quero parabenizar o Tiago, que é uma das lideranças. Ele é membro do meu partido e vem nesta luta já há bastante tempo. Parabéns a todos vocês e ao Tiago.

Quero também dar o meu apoio aos alunos que aqui vieram lutar pela sua escola. A isto devemos ter muita atenção: na atual conjuntura, termos crianças precisando vir à Câmara Legislativa brigar e lutar pela reconstrução da sua escola.

Obrigada.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidenta, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, solicito a inclusão, na Ordem do Dia, do Requerimento nº 617, de 2015, lido na tarde de hoje, em função de que o evento pedido deve ocorrer no final do dia de amanhã, na cidade de Riacho Fundo II.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. Peço à Assessoria de Plenário que insira o requerimento do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, estou abrindo mão hoje da minha fala, até mesmo em função do que combinamos no Colégio de Líderes. Hoje a nossa pauta está bem extensa e uma das votações é a derrubada do veto parcial ao PL 2.035.

Eu quero, desde já, agradecer a compreensão de todos os Deputados da Casa, principalmente de V.Exa., que realmente nos ajudou a fazer essa conversa com todos os Deputados e com o governo. Hoje a intenção desta Casa é, de fato e de verdade, votar a derrubada desse veto parcial ao PL 2.035.

Eu gostaria de pedir a colaboração dos Deputados para que possam abrir mão da fala, porque temos a questão do BNDES e a do outro crédito, e em consideração à galeria para não ficarem aqui até tarde da noite.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Julio Cesar.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Eu vou ser bem breve também. É só para lembrar que, na semana passada, eu fiquei aqui até o fim. Levei vaia de vocês, mas fiquei. Enfim, acho que isso foi uma vitória de vocês; foi uma construção com o governo; foi uma construção com os Deputados. Falei com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

o Governador assim que saí daqui: Olha, eu sou da base aliada, mas fiquei lá para derrubar seu veto. E ele falou: “Não, compreensível. O Metrô precisa, e aqui nós estamos para isto: atender a população.” (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – V.Exa., pela Presidência, encaminhou a composição de três comissões especiais: a de combate à pedofilia; a do ensino infantil; e a de deficiente. Então, gostaria de pedir aos Líderes que não fizeram a indicação dos Deputados que comporão as referidas comissões que possam fazê-la aqui, no plenário, hoje, para que a gente possa instalar essas comissões especiais, pois elas tratam de temas relevantes para a nossa cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. e peço aos Líderes que, até o final das votações de hoje, encaminhem os membros para as três comissões especiais.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, vou dar uma notícia que fiquei sabendo agora: o Tribunal de Justiça acabou de dar o resultado da votação da ADI que questiona o reajuste e deu ganho de causa aos servidores. Parece-me que foi 12 a 0.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Com certeza, Deputada Liliane Roriz, foi falado sobre isso aqui também. É uma vitória da Câmara Legislativa mostrando autonomia e independência.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde Sras. e Srs. Deputados. Quero cumprimentar os aprovados do Metrô, da Polícia Civil e os estudantes da Vila Planalto, que já foram.

Quero dizer que esta é uma tarde especial. Essa vitória dos trabalhadores lá no Tribunal de Justiça hoje foi uma vitória justa. Era uma ADI completamente absurda. Felizmente, a Justiça deu ganho de causa aos trabalhadores, e é um momento de muita felicidade para esta Câmara, para o Distrito Federal, enfim, para a classe trabalhadora.

Quero falar aqui também sobre o episódio de ontem – eu não estive aqui –, sobre a audiência pública que a Deputada Sandra Faraj propôs a respeito da Escola sem Partido. Escola sem partido e escola sem política é quase a mesma coisa,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

porque os partidos existem e vão existir sempre na política. Partido e política, não há como separar.

Eu não estive aqui ontem e não tenho como avaliar o que aconteceu. Vimos nos jornais que houve um problema sério com os trabalhadores, com os professores. Quero dizer que estive lendo, hoje, sobre essa lei que está sendo discutida no Congresso Nacional e que, na minha avaliação, é completamente sem fundamento e absurda. Os professores têm mais é que debater tudo com os alunos. Têm que debater a questão da violência, a questão da segurança, a questão da saúde, têm que ensinar e têm que discutir política também. Isso não quer dizer que vá influenciar nem direcionar ninguém. Quantos professores já tive que se colocaram contra a minha posição ideológica e eu respeitei? Não por isso que eles me influenciaram em nada.

Então, acho que está havendo, infelizmente, no nosso País, uma onda conservadora, uma onda fundamentalista. Infelizmente estamos começando a trazer isso para a Câmara Legislativa e também a levar para todas as assembleias estaduais. Esse é um debate, na minha avaliação, extremamente perigoso para a democracia brasileira.

Passamos trinta anos sob o regime da ditadura, e agora este argumento de defesa da família, de escola sem partido, de uma série de questões que vêm sendo colocados no Congresso Nacional, na minha avaliação, é uma tentativa de tirar do povo brasileiro direitos e conquistas adquiridos com muito suor e muito sangue.

É evidente que precisamos debater. A Deputada Sandra Faraj acredita que esse processo é importante, mas, na minha avaliação, ele não é. O professor tem que discutir, sim, todos os problemas que existem em nossa sociedade. A política faz parte disso, e espero que faça sempre, em um regime democrático como o nosso.

Quero lamentar o que aconteceu ontem, aqui. Acho que temos de investigar, mesmo. A bancada do PT vai pedir à Polícia Legislativa, à Câmara, que investigue o que aconteceu aqui. Não podemos permitir agressão a trabalhadores, a professores. Não estou falando que houve, estou falando o que li nos jornais. Temos que verificar o que aconteceu, se houve excesso, para que isso não ocorra de novo nesta Casa.

Por fim, também o Deputado Rodrigo Delmasso trouxe aqui este tema das palavras do Lula, de que o Lula falou mal de alguns pastores, enfim. Eu não vi isso em lugar nenhum. É preciso se tomar cuidado também com essas informações. Toda hora se vê nesses *blogs* que o Lula falou isso e que Dilma e Aécio Neves disseram aquilo. Mas a internet está cheia de mentiras.

Se o Lula fez algum comentário, é lógico que ele não está generalizando. Essa disputa religiosa dentro do Parlamento, essa coisa de que o Presidente falou mal dos pastores, que falou mal dos padres... Gente, vamos discutir política com nível! Religião é religião; política é política. Se não fizermos isso, vamos levar este País para um retrocesso. Esta Casa tem tanto assunto importante para discutir!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Portanto, na minha avaliação, Deputado Rodrigo Delmasso, é preciso que tenhamos cuidado com essas intervenções, até porque é impressionante como alguns Parlamentares mudam de lado rápido. No governo passado estiveram quatro anos com o Governo do PT, com o Governo Agnelo, ninguém levantou questões como foi levantado aqui, ontem, contra o PT: que o PT é um partido de corruptos, é um partido de bandidos, sendo que ficaram quatro anos no governo. Por que não falaram isso no ano passado? Por que ficaram com um partido corrupto? Por que ficaram quatro anos, utilizaram-se do espaço político, elegeram-se e vieram para a Câmara? Agora nada daquilo prestou? O governo era corrupto, o governador era bandido, o partido não presta, mas passaram quatro anos abraçados? Seis meses depois, tudo mudou? Ora, vamos ter um pouco de responsabilidade e de coerência política. Como em seis meses muda tudo? Durante quatro anos, prestava. Agora não presta mais? Só porque mudou o governo?

Para concluir, haverá eleições em 2018. Se o Governo Rollemberg perder as eleições, também não prestará mais? O partido dele é corrupto, não serviu de nada, ninguém presta para nada. Vamos ter coerência!

Sra. Presidente, era isso o que eu tinha a dizer.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de esclarecer o que eu não precisaria esclarecer, porque quem estava aqui na audiência pública é prova viva: ninguém falou que era partido de corrupto. Foi dito que professores estavam parando aula para explicar escândalo de CPI de Petrobras. Cada um entenda isso como quiser!

Outra coisa: estou realmente pedindo a verificação da suposta violência cometida nesta Casa. Eu queria aproveitar e ler um trecho do Regulamento desta Casa, do Ato da Mesa Diretora, que diz o seguinte no seu §3º do art. 9º: “Os cidadãos que perturbarem a ordem nas dependências do edifício sede da Câmara Legislativa serão compelidos a sair imediatamente, sem prejuízo das sanções legais.”

Eu já solicitei as filmagens da Casa, para que se faça a verificação e o ato de violência seja investigado. Na realidade, ontem fui vítima de uma violência verbal terrível nesta Casa, com palavras de baixo calão. Então, realmente, já estou fazendo uma verificação e, se eu tiver que entrar com uma interpelação judicial contra o sindicato, assim o farei. Chega de sermos humilhados porque defendemos a democracia!

Se os vídeos mostram professores parando aula para explicar situações que o PT ou qualquer outro partido está vivendo, isso é com a imprensa, que tem informado. Realmente saiu em todos os veículos de comunicação o que o ex-Presidente Lula falou, achincalhando os pastores evangélicos, dando um tapa na cara de mais de 60% da população do Brasil, que é cristã. Exigimos respeito também.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero só informar ao Deputado Ricardo Vale que a informação foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, no jornal *O Estado de São Paulo*, no *O Globo*, no *Templo do Rio Grande do Sul*, no *Jornal de Brasília* e no *Correio Braziliense*.

Quero dizer, Deputado, que aqui ninguém está ironizando o Partido dos Trabalhadores, até porque nós o respeitamos. É um partido que está há dezesseis anos no poder, um partido de luta. Inclusive, na minha fala – acho que V.Exa. não citou –, eu disse que o segmento evangélico esteve ao lado do Presidente Lula nos dois mandatos dele.

Então, só para corrigir a fala de V.Exa., nós não desrespeitamos partido nenhum, até porque fiz parte, sim, do governo passado e não falei mal dele. Quero deixar isso bem claro. O que expressei foi a minha tristeza em ver que um estadista como Luiz Inácio Lula da Silva fez uma brincadeira de mau gosto com aqueles que estiveram com ele nos oito anos de governo, quando à frente do Palácio do Planalto.

Muito obrigado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero só deixar registrado que essa fala do Lula, eu tive a oportunidade de ouvir. Viu, Deputado Ricardo Vale? Então, isso não foi alguém que me disse. Realmente ouvi quando o ex-Presidente disse que, assim como nas igrejas evangélicas todos os problemas são imputados ao diabo, todos os problemas que acontecem na política são do PT. Acho que ele foi infeliz nesse comentário, nas comparações. Ele poderia comparar com outra coisa, não com as igrejas evangélicas. Eu falo da minha, que ajudou em determinados momentos. A gente fica realmente muito chateado com essa colocação.

Gostaria de dizer que sou Líder do Governo. Na gestão passada, eu estava com o Governador Agnelo, mas em nenhum momento, Deputado Ricardo Vale, eu falei sobre corrupção ou roubo na gestão do Agnelo. Então, se o senhor se referir a alguém, que o senhor dê o nome da pessoa, mas não generalize porque na verdade nós nunca chegamos aqui e partimos para a questão pessoal.

Gostaria de deixar registrado isso, porque, do jeito que foi falado aqui, parece que todo mundo que sobe ali está detonando, está falando mal e está chamando o Governo do PT de corrupto. Eu nunca disse isso. Quero deixar muito claro. Se alguém está dizendo, que o senhor nomeie, fale quem é, até para a gente poder ficar sabendo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Boa tarde a todos. Ainda que enfermo, fiz questão de vir hoje aqui à Câmara principalmente porque assumi o compromisso com os concursados pela derrubada do veto, disse que estaríamos juntos até a posse e estaremos juntos sim até a posse.

Outro fator que me faz estar aqui hoje é mais uma vez a questão do professor. O que aconteceu ontem aqui foi sim lamentável. Eu quero deixar claro: sou professor, sou sindicalizado e entendo, como trabalhador, que somente o sindicato tem representatividade legal para representar qualquer categoria. Nenhum trabalhador se representa individualmente senão pela ação coletiva por meio de um sindicato.

Segundo fator. Tiraram os professores ontem aqui do plenário. Foi lamentável. E eu faço uma comparação. Quando esta Casa Legislativa votou aqui uma moção de repúdio protocolada pela Deputada Sandra Faraj em relação à questão LGBT, o debate foi intenso, as galerias estavam lotadas. No dia em questão, eu fui xingado, eu fui achincalhado, o Deputado Dr. Michel ainda pediu que nós interrompêssemos, mas eu entendo que a exaltação também faz parte do processo democrático. Naquele momento, depois de ter sido xingado, eu poderia ter pedido à Presidente, que no dia era a Deputada Liliane Roriz, que retirasse as pessoas da galeria. Não o faço, porque entendo que isso aí é também parte do processo democrático, e a exaltação às vezes faz parte. Não é democrático é afastar o povo das decisões. Isso não é!

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Não, Deputada Liliane Roriz. V.Exa. estava na Presidência no dia, meu amor, e conduziu aqui com toda maestria.

Digo ainda: sou professor e nunca doutrinei os meus alunos. Fui aluno e nunca fui doutrinado por qualquer professor até porque tenho capacidade crítica, e os meus alunos têm capacidade crítica. Digo ainda: no mundo da internet, onde todos nós temos acesso a um milhão de informações e a meios de informação, será que um professor sozinho é capaz de doutrinar centenas? Levantem a mão, por favor, quantos da galeria foram meus alunos?

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Em algum momento, eu tentei doutriná-los em relação a alguma questão? Jamais, jamais.

Logo, logo, vamos deixar a situação clara, gente. Há profissionais e profissionais. Pode haver um professor, Deputado Wasny de Roure, que tente doutrinar? Pode. Eu não posso é generalizar. Pode haver padre, já que entramos na questão religiosa aqui, que não se atente aos preceitos do catolicismo? Pode. Pode



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

haver pastor que exacerbe nas suas posturas na igreja? Pode, mas jamais podemos generalizar, seja qual for a profissão. E digo isso com muita clareza: sou católico, fui formado na Igreja católica, não sou mais, eu me classifico como um cristão humanista, sou casado com uma evangélica, e a harmonia é plena. Eu acho que está faltando respeito e equilíbrio.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Boa tarde, Deputados, toda a imprensa, galeria, que está aqui ansiosa para que votemos a derrubada do veto. Nós o votaremos. Acho que deveríamos olhar melhor a Lei Orgânica, especialmente no seu art. 157, sobre essa questão das empresas públicas, para que possamos ter a certeza do que estamos fazendo.

Eu queria, Sra. Presidente, rapidamente, falar de uma matéria e de um trabalho que aconteceu agora, falando da violência do nosso País, esse que saiu há pouco, mostrando que temos realmente problemas muito sérios e gravíssimos.

Um recém-divulgado mapa da violência de 2015 – só os relatórios básicos que eu queria mostrar porque eu acho que merecem registro – dedicado aos crimes cometidos com arma de fogo, estimou 15,2 milhões de unidades no arsenal privado no Brasil: 6,8 milhões de armas registradas, 8,5 milhões irregulares e 3,8 milhões nas mãos de criminosos. De 1980 a 2012, 880 mil brasileiros perderam a vida com tiros, 497 mil tinham de 15 a 29 anos. E, em 2012, o País registrou 56.377 homicídios de todo tipo – alta de 13,4% sobre 2002, início da série. Dos mortos, 30.072 eram adolescentes e jovens. De cada dez mortos, sete eram negros.

Essa série de estatística da violência é menos para assustar e mais para lembrar que uma sociedade brutalizada não se desconstrói do dia para a noite. O que nós percebemos no dia a dia, todos nós, é que, na parada em um sinal de trânsito, na arrancada no sinal de trânsito, realmente a nossa sociedade vive um momento extremamente perigoso de brutalização das suas relações. E isso não vai se desconstruir em pouco tempo. Esse é um problema que nós vivemos no dia a dia.

A semente nociva do desprezo pela integridade física do outro está em nós. Diante de um crime hediondo, a mais cândida das avós é capaz de propor técnicas de tortura de fazer corar os agentes do DOI/CODI – Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna. Então, quando nós sofremos a violência, naquele momento, nós somos capazes de querer matar o outro e matar o outro num momento de muita dor, que nos leva a esse instinto mais profundo, sem nenhum tipo de base na civilização.

O Brasil precisa se confrontar com a sua natureza bárbara e firmar um urgente pacto pela vida. Essa é uma lógica de trabalho: um verdadeiro pacto pela paz. Esse é um processo que estamos trabalhando, mas não terá nenhuma saída, se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

nós continuarmos a ver alunos tendo que vir protestar na Câmara Legislativa pela construção de uma escola que está derrubada há mais de dois anos. Nós não teremos solução se não for pela educação.

Eu faço um apelo a todos os companheiros e colegas para que façamos de verdade, para que alertemos o governo que está aí, para que trabalhem de verdade para que possamos ter uma educação pública clara, boa, de qualidade e como prioridade de governo. E prioridade não é só no discurso. Prioridade é colocar recursos claros, trabalhar o orçamento claro para a educação. Prioridade é não deixar os professores inseguros de que vamos trabalhar aqui para diminuir o salário deles. Prioridade é fazer com que tenhamos leis sendo votadas e créditos sendo votados de forma urgente, urgentíssima, para atender à educação, montando um modelo de trabalho de excelência na educação.

Para mim, prioridade é isso. E nós só teremos uma resposta para este momento difícil do nosso País, nessa barbárie em que vivemos, se investirmos maciçamente na educação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Joe Valle.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, mais uma notícia excelente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios: terminou o julgamento. A decisão foi de 16 a 0 em benefício do povo e desta Casa. Espero que essa decisão do Tribunal, que é importantíssima, sirva para o controlador da constitucionalidade do Ministério Público analisar as coisas.

Essa é uma lição também para mostrar, Deputada Celina Leão, que os Deputados daqui agem com seriedade, que votamos as leis baseados e lastreados na legalidade. Isso é importantíssimo para esta Casa hoje. Votamos em 2013, aprovamos por unanimidade – V.Exa. era uma das principais batalhadoras naquele momento –, e agora vem o coroamento, quando o Tribunal diz que votamos, que o assunto estava legal, estava na LDO. Houve um desembargador que falou: “Não é a praça cheia de gente que me pressiona. O que me pressiona é a legalidade dos atos que eles fizeram”.

Portanto estamos de parabéns: a Câmara Legislativa, todos nós, os Deputados que votaram em 2013 e também a procuradora desta Casa, que, seguindo uma determinação de V.Exa., soube fazer com brilhantismo a defesa da legalidade praticada por todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, mais ou menos na mesma linha do Deputado Chico Vigilante, quero parabenizar esta Casa pela brilhante defesa e pelo papel que desempenhamos. Tínhamos consciência e tranquilidade, acreditamos na Justiça deste País e sabemos que seria realmente um absurdo jurídico se o resultado não fosse esse.

Agora esperamos que não exista nenhum outro tipo de óbice para a concessão do aumento desses servidores. O que esperamos é que agora não joguem no colo da Câmara Legislativa a responsabilidade por isso. O que vimos, ontem, na televisão – e eu já disse isso nos Comunicados de Líderes – me preocupa: jogar a responsabilidade para a Casa Legislativa e condicionar esse reajuste somente se houver aumento da alíquota dos impostos. Esperamos que haja agora, da parte do Executivo, um compromisso maior e que de fato esse reajuste seja concedido sem mais traumatizar os servidores públicos.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria que V.Exa. incluísse como itens extrapauta da sessão ordinária de hoje, terça-feira, 26 de maio, a discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 426, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$4.390.765,00 (quatro milhões, trezentos e noventa mil, setecentos e sessenta e cinco reais), Secretaria de Esportes. Além desse item, incluísse a discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 427, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiamento do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial Brasília Sustentável II e dá outras providências. Solicito a V.Exa. que os coloque como itens extrapauta desta sessão.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade também para fazer indicações às comissões especiais, como Líder do Bloco Força do Trabalho: para a comissão de pedofilia, o Deputado Juarezão; para a comissão de deficiência, a Deputada Liliane Roriz; para a comissão de ensino fundamental, o Deputado Raimundo Ribeiro; e, como representante da UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos, a Deputada Telma Rufino.

Era o que eu tinha a falar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, recentemente esta Casa votou uma autorização temporária ao Governo do Distrito Federal no sentido de transferir recursos do Fundo. Isso ocorreu através de um substitutivo, porque o governo, na proposta original, unificava as contas dos fundos e transferia para o Tesouro.

A reformulação, uma vez feita e votada nesta Casa, permitiu que o governo remanejasse recursos dos vários fundos que a administração pública do Distrito Federal possui. Um deles, que causou profunda inquietação e desconforto para os Deputados, foi o Fundo de Apoio à Cultura – FAC. E, por solicitação do segmento, nós estivemos hoje, Deputada Celina Leão, discutindo o assunto com o Secretário, Deputada Luzia de Paula – que tem feito, diga-se de passagem, um excelente trabalho com os vários segmentos da cultura, particularmente a cultura sertaneja.

O Secretário Colombini confirmou, Deputada Celina Leão, as mais diversas transferências que o governo vem fazendo para recompor os quase 52 milhões de reais transferidos do FAC para pagamento de servidores no início deste ano. Portanto, o governo cumpre o compromisso que foi formatado em um projeto de lei nesta Casa. O secretário nos informou que em agosto completa essa recomposição do Fundo de Apoio à Cultura, como também anunciou que no segundo semestre deste ano deve fazer a transferência para o FAC dos recursos provenientes da receita corrente líquida deste ano.

Assim sendo, nós esperamos que o Governo do Distrito Federal restabeleça a normalidade dos editais, permitindo que eles fluam para que o segmento da cultura volte a acreditar no governo. O segmento, que esteve lá presente, solicitou, Deputado Agaciel Maia – e esse pedido vai ser levado ao Governador pelo Secretário, bem como pelo próprio segmento –, que o FAC seja blindado de eventuais remanejamentos. O próprio Secretário demonstrou abertura para essa discussão e disse que debateria a questão com o Governador.

Portanto, quero aqui reafirmar esse pleito, esse anseio. Deputado Agaciel Maia, nosso Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, V.Exa. sabe que, se o governo tivesse trilhado pelo caminho da operação ARO – Antecipação de Receita Orçamentária, com certeza teríamos uma dívida com juros, a ser acertada no final do ano, extremamente comprometedora, porque a legislação estabelece que ela seja quitada com os recursos da arrecadação tributária.

Desse modo, eu quero aqui fazer uma prestação de contas. É claro que não está resolvido todo o problema, Deputado Prof. Israel, mas já há um prenúncio, um horizonte, para a solução.

Gostaria ainda, Deputada Celina Leão, de trazer ao plenário desta Casa um tema que coloquei hoje para os colegas e interessa muito aos nossos concursados aqui presentes, Deputado Reginaldo Veras. Nesta semana o governo deve publicar o resultado do quadrimestre no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Fiz



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

esta pergunta ao secretário: “Há expectativa de que possamos superar o nível prudencial que o Distrito Federal vive hoje e que bloqueia toda e qualquer nomeação?” Ele não quis adiantar a resposta, o que me deixou bastante preocupado.

Estou bastante apreensivo, Deputada Celina Leão, porque espero que o governo apresente um resultado que nos possibilite cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito ao nível prudencial. Para mim esse é o elemento essencial para que nós possamos ter um horizonte, para que nós possamos equacionar o problema da falta de servidores e convocar os policiais civis, os policiais militares. Os servidores do metrô eu não diria, porque o metrô é uma contabilidade de empresa, portanto, não passa pela contabilidade do Tesouro. Mas é o caso dos servidores concursados da Secretaria de Educação e da Secretaria da Cultura.

Portanto, quero deixar aqui minha apreensão, como Câmara Legislativa. Deputada Celina Leão, se V.Exa. pudesse pedir ao governo que abra as informações para os Deputados antes de anunciá-las, seria extremamente positivo para estarmos tranquilos para os próximos meses que virão na gestão dos recursos do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, meus Pares, galeria, boa tarde a todos. O veto, hoje, cai, podem ter certeza!

Sra. Presidente e meus Pares que aqui estão presentes, eu venho conclamar V.Exa., Sra. Presidente... Cadê a Sra. Presidente?

(Assume a Presidência Deputado Julio Cesar.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, já vi que, realmente, minha fala não tem importância, mas, para os meus amigos Deputados, tem toda a importância.

Eu queria pedir a V.Exas. que não deixassem esta Casa, mais uma vez, passar por um vexame. Nós vamos derrubar o veto. Não vai ser vexame. Mas há outra coisa que está acontecendo, e aí independe de coloração partidária. Se nós desta Casa deixarmos acontecer, é melhor pegarmos o diploma e rasgá-lo, porque lei votada aqui tem que ser cumprida. Se ela não é inconstitucional, é lei; e, se é lei, é para ser cumprida. Nós votamos a lei aqui e as pessoas estão querendo fazer com que fiquemos com cara de palhaço, independente de coloração partidária, Situação ou Oposição, ou nada. Não interessa, Deputado é representante do povo. Votamos uma lei aqui do conselho tutelar, em que falamos...

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

DEPUTADO DR. MICHEL – E foi votada aqui, Sra. Presidente, que voltou, não desfazendo do Sr. Presidente que hoje estava assumindo.

Nós votamos nesta Casa uma lei que autoriza o cidadão a votar em cinco conselheiros. Votamos nesta Casa aqui! Temos o voto do povo, somos representantes do povo até 31 dezembro de 2018. Agora vem um DCDCA... CDCA... qualquer coisa com letra a no meio! E diz que não, que a nossa lei não vai ser atendida, por uma maracutaia que fizeram em soltar o edital antes de a lei ser sancionada. Mas a lei já tinha sido votada nesta Casa.

Deputado Wasny de Roure, V.Exa. que já foi Presidente desta Casa, tem seis legislaturas, eu estou na segunda. Sou novo de Casa, mas sou velho de idade. Tenho trinta anos de serviço público. Estou aposentado há quatro anos. Nunca vi tal situação. Não estou entendendo, Sra. Presidente, o que esse povo quer fazer conosco.

Então, é melhor entregarmos os cargos ao CDCA, aos conselhos. Se as nossas leis aqui... Independentemente de quem votou a favor ou contra, mas é da Casa. Está se desmoralizando não quem votou ou quem não votou, está se desmoralizando os 24 Deputados. Como é que pode? Nós temos uma lei, mas sabendo que a lei já tinha sido votada, que o Governador iria sancioná-la... "Solta o edital rápido, solta rápido, solta rápido!" Ninguém aqui é bobo, não! Ninguém nasceu ontem não, Deputado Chico Vigilante. Ninguém nasceu ontem não! Está aí. Disseram que uma lei é inconstitucional, mas está lá: 16 a 0. E nós vamos ficar com cara de "ah é é, ah é é?". Quantas vezes vamos ficar com esta cara aqui?

Quem é o CDCA para vir falar mais alto que a Câmara Legislativa, que fez a lei e que votou a lei?! Até mesmo que o Governador?! Não só mais alto que esta Casa aqui não, mais que o próprio Governador! Eu já disse que, enquanto S.Exa. não bater o pau na mesa e disser que ele é o Governador, essa Brasília vai continuar do jeito que está. Estava nas mãos de S.Exa., quando saiu o edital, Sra. Presidente. E quem solta o edital é secretário. Isso não pode acontecer, não! Isso não pode acontecer! O Governador está sendo desmoralizado também, porque ele sancionou essa lei.

Então, temos o Legislativo e o Executivo sendo afrontados por um conselho. Se é bom ou ruim ou pior, eu não sei, não vou entrar na questão do papel do CDCA, que acredito que deva ser um papel bom, que deva existir, que se faz necessário, mas não para afrontar o Poder Legislativo, que é constituído pelo povo; não para afrontar um governador que foi às urnas e teve quase 1 milhão de votos. Quantos votos tiveram os conselheiros do CDCA? Nenhum voto.

Foram escolhidos, inclusive, acredito eu, pelo Executivo. E hoje afrontam o Executivo e ainda saem cantando marra, dizendo o seguinte, Deputado Prof. Israel: "Não adianta, fizeram a lei, nós somos mais espertos e soltamos o edital!". Só que esquecem eles que edital se revoga, que edital se lança outro, que edital nada mais é do que uma lei que se faz entre as partes, mas o Estado, o Governador pode, sim,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

cancelar esse edital. Mas deixar a Câmara Legislativa, deixar o próprio Executivo achincalhado...

Eu queria pedir a V.Exa., Sra. Presidente, com toda a fidalguia que o cargo lhe dá, com todo o respeito que tenho pela senhora e pelos meus Pares, que nós... Independente de coloração partidária. Isso aqui não é coloração partidária, não é Oposição ou Situação, é Câmara Legislativa, são Deputados eleitos pelo povo, representantes do povo. Aqui falamos o que o povo quer. Se falamos, temos que fazer cumprir. A lei está lá, a lei foi dita. Vai votar em cinco, até por questão de economicidade. O meu mestre de economia sabe que votar em um vai virar um absurdo o valor, mas votar em cinco já começa a distribuir mais as coisas. Você pode fazer uma chapa com cinco, pode gastar menos.

Isso aqui virou sabe o que, Deputado Agaciel Maia? Picuinha! Quer fazer um embate, quer mostrar que tem força, inclusive, força física – que nem tinha que ter, porque não vou trocar tapa com ninguém, quem troca tapa com os outros é onça.

Eu falei aqui que o pessoal desse CDCA é gnoma e o rapaz veio me interpelar querendo botar o dedo no meu nariz. Há dezoito anos esse dedo dele tinha sido quebrado na hora, mas, como a idade nos deixa mais tranquilos, o dedinho dele ficou inteiro. E vou dizer de novo, que ele bote o dedo no meu nariz agora! É gnoma, é gnoma, é gnoma e acabou! E ninguém me tira esse dizer de que ele é uma gnoma! Porque um camarada que está num CDCA e, por questão de picuinha, vem dizer que é mais fácil votar em um, ele está com alguma coisa, tem algum pano de fundo nessa situação.

E nós vamos ficar aqui com cara de zé mané? Com cara de manezinho minha égua – que diziam lá no meu Paracatu quando a gente fica com cara de besta assim. Isso é cara de mané minha égua, e não faz nada! E os camaradas vão ficar agora achincalhando a Casa?

Então, eu queria pedir a V.Exa. e aos meus Pares que fizéssemos uma moção para o Rodrigo Rollemberg – não vou chamá-lo de Rodrigão hoje, não, hoje vai ser Rodrigo Rollemberg – pedindo a ele que cancele esse edital e lance outro na conformidade da lei, porque, se a lei não é para ser cumprida, o que adianta estarmos aqui votando, gastar o que gastamos do povo para melhorar a vida do povo. Quando esta Casa acorda que tem de votar em cinco, o conselheiro que não tem voto chega e diz: “Não, nós queremos um e vai ser em um e acabou a conversa”. Ah, e diz também que vão ter que fazer a prova, mesmo aqueles... E que foi acordado aqui! O pior de tudo é isso! Mesmo aqueles que já foram conselheiros e que fizeram as provas terão de fazer de novo! Imagina se essa moda pega? De três em três anos, Deputado Prof. Reginaldo Veras, de quatro em quatro anos você vai ter que fazer concurso para a fundação. Eu não posso porque sou aposentado, mas vai fazer para a polícia. E aí, os servidores públicos de quatro em quatro anos vão fazer concurso de novo! Então aposenta logo senão pode ter que revogar e aí fica ruim. Então, essa é a minha indignação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Sra. Presidenta, tome uma providência. Eu assino com V.Exa. o documento que for. E acho que os 24 aqui deveriam assinar um documento como esse pelo Rodrigo. Não é Rodrigo mais, não. Agora é Rodrigo. Estou bravo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Dr. Michel, eu quero falar, em nome da Presidência da Casa, além de uma moção, com certeza, de desaprovação do descumprimento de uma lei que foi promulgada, votada por esta Casa, que só existe uma forma, Deputado Dr. Michel, de não se obedecer a lei: é desfazer o Parlamento, a democracia e voltar à pré-história, em que existia a lei, mas ela não tinha validade de lei nem eficácia de lei.

Então, além de fazer uma moção, que é um gesto político, esta Casa tem que fazer um gesto prático, um projeto de decreto legislativo anulando o edital do Diário Oficial, até porque há um descumprimento de uma lei votada por este poder. Você pode até não concordar com essa lei, mas aí você tem que se candidatar a Deputado Distrital, ter o voto da população, vir para cá votar para vir dar palpite sobre um projeto de lei que foi votado por unanimidade por esta Casa.

Então, se esse poder está sendo desrespeitado por um conselho que não teve um voto da sociedade, isso primeiro demonstra que esse conselho não tem nem autonomia intelectual para representar as nossas crianças e adolescentes, porque não entende nem o poder de uma lei e nem de onde a lei foi construída.

Nós, antes de votarmos essa lei, ouvimos todos os conselheiros tutelares, que aplicam as medidas socioeducativas. Não é um grupo burocrático que fica dentro de uma sala discutindo as políticas. Nós ouvimos quem aplica as políticas públicas para os jovens. É esse o grande diferencial desse poder. Nós estamos aqui como pessoal do Metrô. Em alguns determinados momentos o Poder Executivo fala “não”, mas é esta Casa que representa o povo que tem que falar o “sim” porque nós estamos do lado da população.

Então, Deputado Dr. Michel, V.Exa. pode ficar tranquilo que, além da moção de repúdio a esse gesto do conselho... Faz quatro convocações que eles não votam. Estão de bico. Estão travando a pauta. Mostram um total descontrole e desrespeito a esta Casa. Se eles não concordam com isso, eu acredito que eles devem se candidatar na próxima eleição, ir atrás dos votos e ter a legitimidade para representar aqui o povo do Distrito Federal, e não com esse gesto. Nós iremos tomar providências sim.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em primeiro lugar, eu não poderia esperar de V.Exa. outra condição, outra postura que não fosse essa. Então, parabéns. Mais uma vez muito nos orgulha a forma como a senhora trata questões que envolvem o Parlamento. Precisamos ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

respeitados. Eu quero parabenizar o Deputado Dr. Michel por levantar esse questionamento que eu reputo como muito grave.

Mas eu tenho uma dúvida. Ou é jogo combinado ou tem alguma coisa errada, porque o ato é do Executivo. Se o conselho está desrespeitando uma lei votada e aprovada por esta Casa, que o Executivo adote as devidas providências. É lamentável que esta Casa tenha que redigir uma moção ou qualquer coisa que valha para pedir ao Executivo que faça a sua parte. Se precisar então, como está lembrando o Deputado, que façamos o decreto legislativo. Mas o Executivo tem que fazer a sua parte e tem que aprender a respeitar esta Casa.

Muito obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, também parabenizo o Deputado Dr. Michel, mas, assim, de forma mais prática, não há a necessidade de pedirmos toda a revogação do edital e sim uma retificação para que eles se adequem à lei recém-aprovada nesta Casa.

O procedimento legislativo, V.Exa. é mais experiente do que eu e saberá qual o melhor para adotar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa. e o Deputado Dr. Michel e dizer que essa atitude do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente me lembra um conselho da ditadura.

Quando o Congresso Nacional aprovava leis, ele ia lá e sustava essas leis. Então, eu tenho certeza de que aqueles membros ou vieram da ditadura ou eles aprenderam com os coronéis da ditadura. Porque é um absurdo! Um desrespeito, porque um conselho que é nomeado, é designado, sem sequer ter a participação da sociedade, vem dizer que não cumprirá uma lei? Olha, isso para mim no mínimo é um crime, porque quem não cumpre lei é criminoso.

Quanto a esse PDL que V.Exa. propôs, concordo com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, mas digo ainda mais. Nós precisamos criminalizar quem disse que não vai cumprir essa lei por crime de responsabilidade, porque isso é um absurdo, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

precisamos convocar o Conselho aqui nesta Casa para explicar o porquê de não respeitar a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro, quero parabenizar aqui o membro do nosso bloco, Deputado Dr. Michel, pelas colocações. Aqui, também, fica o meu abraço ao pessoal da polícia que está aí e também ao do metrô. Estamos prontos aqui mais uma vez.

Temos aqui a publicação, no dia 18 de maio, de atos do Poder Executivo que sancionou a Lei nº 5.482, que dispõe sobre os conselhos tutelares do Distrito Federal e dá outras providências. Está claro aqui os artigos que foram modificados. Então, o CDCA faz parte do Poder Executivo. Como estava conversando aqui com o Deputado Wellington Luiz, eu acho que é desnecessária uma moção para o cumprimento de uma lei. Senão, teríamos de fazer moção para todas as leis que fossem aprovadas aqui na Casa. Acho isso um desrespeito e tem de haver uma providência tomada de uma forma mais enérgica pelo Governador Rodrigo Rollemberg.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Rafael Prudente.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens nºs 1 ao 108, relativos aos vetos na pauta da Ordem do Dia, para votarmos as demais proposições. (Pausa.)

Não há manifestações em contrário.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 426, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$4.390.765,00”.

Tramitação concluída. Apresentadas oito emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se apresentar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer às emendas de plenário, pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Economia, Orçamento e Finanças às emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 426, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$4.390.765,00”.

Foram apresentadas oito emendas de plenário.

A emenda do Deputado Prof. Reginaldo Veras faz apenas uma alteração no que diz respeito aos valores de sua cota anual de emendas – portanto, acato a emenda do nobre Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Emenda do Deputado Prof. Israel também faz alteração no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) – acato também a Emenda Aditiva nº 7, de autoria do Deputado Prof. Israel.

Emenda nº 8, também de autoria do Deputado Prof. Israel, no valor de R\$900.000,00 (novecentos mil reais). Acato a emenda do nobre Deputado Prof. Israel.

Emenda Aditiva nº 9, também do Deputado Prof. Israel, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). Também acatada por esse Relator.

Emenda Aditiva nº 10, também do Deputado Prof. Israel, no valor de R\$50.000, (cinquenta mil reais). A acatada por este relator.

Emenda nº 11, de autoria do Deputado Dr. Michel, no valor de R\$1.500.0000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Acatada por esse Relator.

A Emenda nº 12, de autoria do Deputado Dr. Michel, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), foi acatada por este relator.

A emenda do Deputado Julio Cesar no valor de R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) também foi acatada por este relator.

Estando todas as emendas e a matéria devidamente instruídas de acordo com o Regimento Interno e de acordo com o art. 64 da Lei Orgânica do Distrito Federal, sou de parecer favorável à aprovação.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 427, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para financiamento do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial – Brasília Sustentável II, e dá outras providências”.

Foi aprovado parecer favorável na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na forma das Emendas nºs 1, 2 e 3 e pela rejeição da Emenda nº 4. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, o relator deste projeto é o Deputado Raimundo Ribeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para emitir parecer.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PARECER Nº /2015

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ), sobre o Projeto de Lei nº 427/2015 que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para financiamento do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial - Brasília Sustentável II e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Raimundo Ribeiro

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 427/2015, que *autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para financiamento do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial - Brasília Sustentável II e dá outras providências.*

O art. 1º do PL autoriza a referida contratação e fixa o montante da operação em até US\$ 100,000,000.00 permitindo, em seu parágrafo único, que a operação de crédito possa ser contratada em modalidade que permita a conversão de taxa de juros e a alteração da moeda contratual.

O art. 2º autoriza o Poder Executivo a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição das receitas previstas nos arts. 157, 158 e 159, I, "a" e "b" e II, complementados pelas receitas tributárias estabelecidas nos arts. 155 e 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, bem como a oferecer outras garantias em direito admitidas.

O art. 3º estatui que o Poder Executivo consignará, nos orçamentos anuais e Planos Plurianuais do Distrito Federal, durante o prazo que vier a ser estabelecido para o financiamento, dotações suficientes para pagar as parcelas de amortização, juros e encargos acessórios, bem como para suprir os valores da contrapartida necessários à execução.

Os arts. 4º e 5º tratam, respectivamente, das cláusulas de vigência e de revogação das disposições contrárias.

De acordo com a Exposição de Motivos 9/2015-GAB/SEPLC o Projeto de Lei se justifica pelo fato de que este financiamento externo para a implantação do *Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial - Brasília Sustentável II* irá



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e da Região Metropolitana de Brasília, através da gestão de resíduos sólidos, com a promoção da melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do seu território.

Foram apresentadas três emendas modificativas e uma supressiva.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 63, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça examinar a admissibilidade das proposições quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, a fim de emitir parecer, que possui caráter terminativo quanto aos três primeiros aspectos.

O Projeto de Lei nº 427/2015 autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento adicional do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do DF – Programa Brasília Sustentável II, no montante de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares estadunidenses).

Em vista disso, quanto à admissibilidade do PL 427/2015, restam atendidos os artigos 71 e 100, VI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tratam da prerrogativa do Governador do Distrito Federal para a iniciativa de leis complementares e ordinárias.

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, a documentação anexada ao Projeto de Lei em apreciação está de acordo com as estipulações e limites nela estabelecidos, especialmente em seu artigo 32.

Quanto às emendas apresentadas, entende-se que as Emendas nº 1 e nº 2 aprimoram a redação e a técnica legislativa, pois esclarecem que a operação de crédito financia apenas parcialmente o Programa Brasília Sustentável II e que a alocação na tríade de leis orçamentárias deve ser suficiente para suportar a execução de todo o Programa. A Emenda nº 3 corrige a notação da moeda e a supressão que a Emenda nº 4 veicula já está contemplada pela Emenda nº 1.

Ante o exposto, nosso voto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, é pela ADMISSIBILIDADE do Projeto de Lei 427/2015 de autoria do Poder Executivo, com as emendas modificativas nº 1, nº 2, nº 3, prejudicada a Emenda Supressiva nº 4.

Sala das Comissões,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

DEPUTADO
Presidente



DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, por questão de justiça, nós precisamos fazer uma correção. A emenda de plenário modificativa é de autoria do Deputado Julio Cesar e foi construída em cima de uma argumentação feita pelo Deputado Wasny de Roure. Portanto, essa emenda é de autoria do Deputado Julio Cesar e do Deputado Wasny de Roure. É essa a correção, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a retificação de V.Exa.

Item nº 81:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.035, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências”.

Foi proferido o relatório na sessão ordinária de 19 de maio de 2015.

Consulto os Líderes se há acordo para votar em separado o veto parcial referente à parte do Anexo IV com acordo para a rejeição referente às Emendas nºs 2, 3 e 5 de segundo turno.

Só uma explicação: nós vamos ter que votar duas vezes o veto para a derrubada oficial. Esse é o encaminhamento da Assessoria de Plenário.

Solicito ao Deputado Agaciel Maia que faça a leitura das emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADO AGACIEL MAIA – “Emenda Aditiva nº 2, de autoria do Deputado Roney Nêmer e outros.

Adite-se ao Anexo IV – Despesas de pessoal autorizadas a sofrerem acréscimos, o seguinte item:

Poder Executivo.

V - Nomeações decorrentes de concurso público.

Órgão: Secretaria de Estado de Cultura do DF. Cargo: Técnico de Atividades Culturais. Vagas a preencher: 600. Valor: R\$38.220.000,00 (trinta e oito milhões, duzentos e vinte mil reais).

Órgão: Defensoria Pública. Cargo: Analista de Apoio à Assistência Jurídica. Vagas a preencher: 100. Valor: R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais).”

“Emenda Aditiva nº 3, de autoria do Deputado Roney Nêmer e outros.

Adite-se ao Anexo IV – Despesas de pessoal autorizadas a sofrerem acréscimos, o seguinte item:

Poder Executivo.

V - Nomeações decorrentes de concurso público.

Órgão: Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô/DF.

Cargos - Administrador: 3; Advogado: 8; Analista de Sistemas: 5; Arquivista: 3; Assistente Social: 3; Bibliotecário: 1; Contador: 4; Economista: 4; Médico do Trabalho: 2; Pedagogo: 2; Psicólogo: 2; Engenheiro Ambiental: 2; Engenheiro Civil: 11; Engenheiro de Controle de Qualidade: 2; Engenheiro de Segurança do Trabalho: 3; Engenheiro Eletricista: 4; Engenheiro Eletrônico: 2; Engenheiro Mecânico: 1; Engenheiro de Telecomunicações: 3; Técnico em Contabilidade: 3; Técnico em Informática: 5; Técnico em Edificações: 14; Técnico em Eletrônica: 2; Técnico em Eletrotécnica: 2; Técnico em Estradas: 9; Técnico em Mecânica: 2; Técnico em Segurança do Trabalho: 3; Técnico em Telecomunicações: 7; Operador Metroferroviário Júnior: 344; Segurança Metroferroviário: 150.”

“Emenda Aditiva nº 5, de autoria de vários Deputados.

Adite-se ao Anexo IV – Despesas de pessoal autorizadas a sofrerem acréscimos, o seguinte item:

Poder Executivo.

V - Nomeações decorrentes de concurso público.

Órgão: Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ/DF. Cargo: PSM – Assistente Administrativo. Vagas a preencher: 48. Valor: R\$166.586,00 (cento e sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta e seis reais).”

Essas são as emendas, Sra. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Procederemos à primeira votação, referente ao Anexo IV.

O encaminhamento dos Líderes é pela rejeição do veto do Governador.

A votação se dará pelo processo nominal.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, como Líder do bloco Força do Trabalho, composto pelo Deputado Agaciel Maia, Deputada Liliane Roriz, Deputada Telma Rufino e Deputado Raimundo Ribeiro, encaminho voto favorável à derrubada do veto.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, como Líder do Governo, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (Como Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Oriento pela rejeição do veto.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Só para reforçar, a votação deve ser “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Apreciaremos o veto parcial à parte do Anexo IV do Projeto de Lei nº 2.035, de 2014.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, os quatro Deputados da bancada do Partido dos Trabalhadores estão aqui em plenário desde cedo, e nós vamos votar pela derrubada do veto. É esse o nosso voto.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, em nome dos Deputados do bloco do PMDB, do PP e do PTB, a orientação é para que se vote, para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

o bem de Brasília, pela derrubada do veto.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, para orientar a nossa bancada do Partido Verde, do Partido Solidariedade, do PDT, votaremos também pela derrubada do veto.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, hoje nós estamos com 4 Deputados. O Deputado Bispo Renato Andrade está de atestado. Sua ausência está justificada, mas S.Exa. já se mostrou solidário. Pelo Bloco Amor por Brasília, o voto da nossa bancada também é pela derrubada do veto. O voto é “não”.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apenas quero fazer uma correção. O Bloco Força do Trabalho é composto de 5 Deputados. Eu pulei o Deputado Juarezão, que está ali para votar pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o relatório relativo a parte do Anexo IV do Projeto de Lei nº 2.035, de 2014. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	44



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 26/05/2015

REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETO



☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S):

PARTE DO ANEXO IV REFERENTE ÀS EMENDAS Nº 2, 3 E 5 (2º TURNO)

☐ PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☒ PROJETOS DE LEI Nº(S): 2.035/2014

AUTORIA:

☒ Poder Executivo

RELATORIA:

DEPUTADO CHICO LEITE

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC		X				
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT		X				
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X				
	DR. MICHEL	PP		X				
	JOE VALLE	PDT		X				
	JUAREZÃO	PRTB		X				
	JULIO CESAR	PRB		X				
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS		X				
	LUZIA DE PAULA	PEN		X				
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	PROF. ISRAEL	PV		X				
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X				
	RICARDO VALE	PT		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN		X				
	SANDRA FARAJ	SD		X				
	TELMA RUFINO	PPL		X				
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	WELLINGTON LUIZ	PMDB		X				
	CELINA LEÃO	PDT		X				
T O T A L				21	3			

SECRETÁRIO: DEPUTADO AGACIEL MAIA

VOTOS "SIM"		VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	21	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	3		
OBSTRUÇÃO			



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos não. Houve 3 ausências.

Total de votantes: 21.

Foi rejeitado o veto parcial a parte do Anexo IV do Projeto de Lei nº 2.035, de 2014.

Procederemos à votação da parte restante do veto parcial oposto pelo Sr. Governador Rodrigo Rollemberg ao Projeto de Lei nº 2.035, de 2014. Para essa parte, há acordo para a manutenção do veto.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	46



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 26/05/2015



REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S):

ARTS. 2º E 3º, ANEXO XI E PARTE RESTANTE DO VETO PARCIAL AO ANEXO IV

☐ PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☒ PROJETOS DE LEI Nº(S): 2.035/2014

AUTORIA:

☒ Poder Executivo

RELATORIA:

DEPUTADO CHICO LEITE

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR			X			
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JULIO CESAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			21		3			

SECRETÁRIO: DEPUTADO AGACIEL MAIA

VOTOS "SIM"	21	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	3		
OBSTRUÇÃO			



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos sim. Houve 3 ausências.

Total de votantes: 21.

Fica mantido o veto parcial ao PL 2.035, de 2014.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Eu queria agradecer a presença de todos os servidores do Metrô. Esta Casa acredita na mobilidade e é esse o voto de confiança que esta Casa realmente dá a todos vocês.

Quero agradecer ao pessoal da cultura aqui presente; ao pessoal da Defensoria Pública, que também se faz presente. Portanto, nós queremos agradecer de verdade a compreensão de vocês.

Queremos agradecer ao Governador do Distrito Federal, que teve toda a compreensão e grandeza de ajudar na articulação para a derrubada desse veto; ao Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, e, principalmente, queremos agradecer a vocês das galerias, que não desistiram e permaneceram conosco até o final.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nós protocolamos na Mesa um requerimento de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que requer a realização de audiência pública em data a ser definida, para debater as questões relacionadas à previdência e à aposentadoria dos servidores públicos civis do Distrito Federal, objeto dos Projetos de Lei nºs 19, 20 e 21, de 2015. Portanto, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que determinasse a inclusão deles na pauta, para votação ainda hoje, em virtude da premência desse assunto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, acato a solicitação de V.Exa.

Esta Presidência informa a todos os Deputados que ainda teremos a votação, em 2º turno, dos projetos que não foram votados. Então, solicito aos Srs. Deputados que permaneçam em plenário, inclusive porque também temos requerimentos para votar.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a minha questão de ordem é relativa a um acordo que fizemos nesta Casa, inclusive com a participação de V.Exa., que diz respeito ao crédito suplementar para os 12 Deputados novatos. Hoje, derrubamos alguns vetos e aprovamos emendas do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Deputado Prof. Reginaldo Veras e do Deputado Julio Cesar, que são novatos. Por duas vezes, retirei emendas por conta desse acordo. Quero saber como será isso? Quem é da base poderá apresentar emendas? Quem não é não poderá? Vamos cumprir o acordo ou não vamos?

Eu tive, por duas vezes, que retirar uma emenda. Acho que temos de ter isonomia aqui. Eu também quero apresentar emendas e quero negociá-las. Não tenho nada contra os Deputados Prof. Reginaldo Veras e Julio Cesar, mas quero ter o mesmo direito, assim como os demais Deputados que chegaram a esta Casa neste ano.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de esclarecer ao Deputado Ricardo Vale que não é emenda orçamentária. O que fizemos foi emenda de texto. Incluímos uma modificação. Não há emenda financeira. Apenas percebemos que uma situação estava errada e a corrigimos. Só isso. Na verdade, a emenda é minha e do Deputado Wasny de Roure. Na CEOF, entendemos que havia uma situação errada e a corrigimos. Eu também tenho o direito de ter as emendas. Nós vamos correr atrás, para que V.Exa. tenha a sua emenda e os novos Deputados também. É uma luta que o governo está enfrentando, mas que vamos equacionar.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Julio Cesar, tentei, por duas vezes, aprovar uma emenda semelhante à sua, mas não consegui.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, solicito a V.Exa. que seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Ricardo Vale, quero só deixar claro que essa emenda com o meu nome é um pedido da sua companheira de partido, nossa amiga, ex-Deputada Arlete



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Sampaio, que solicitou fosse feito um remanejamento de uma emenda de sua autoria, para que fosse realizada a Conferência Distrital de Segurança Alimentar em julho, no Distrito Federal. Trata-se, então, de um remanejamento da emenda da ex-Deputada Arlete Sampaio, que vai para a antiga SEDEST, a fim de que esta conferência seja realizada.

Sra. Presidente, minha outra questão de ordem é que eu não posso deixar de parabenizar o pessoal da galeria por essa vitória hoje conquistada aqui. Ela é mérito de todos os Deputados, mas, principalmente, do Deputado Wellington Luiz, que fez toda a articulação e todo o trabalho para que essa matéria entrasse na pauta.

Deputado Wellington Luiz, parabéns!

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, muito me assusta o que o Deputado Ricardo Vale acabou de dizer. Tirando obviamente as emendas de texto que foram colocadas e independentemente de haver remanejamento de emenda de Parlamentar que não está na Casa, acredito no seguinte: primeiro, deve-se cumprir o que foi acordado no Colégio de Líderes e o que foi acordado com o governo. Depois, que se faça o remanejamento de emenda de Parlamentares que não estão na Casa.

Quero aqui, como Deputado, pedir que o próprio governo possa se pronunciar. Entendemos a dificuldade financeira, sabemos de tudo isso, mas não dá! Senão eu vou buscar um Deputado que fez parte da legislatura passada e também vou pedir para mudar as emendas aqui. Isso é um desrespeito ao acordo feito nesta Casa, com todos os Deputados.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, temos cobrado constantemente o acordo feito com o governo, no sentido de se abrirem as emendas, a exemplo do que conseguimos em 2011, de maneira pioneira, nesta Casa, quando os Parlamentares que entravam no primeiro ano de mandato tinham emendas parlamentares também. Conseguimos isso em 2011.

Há o compromisso do governo. Temos deparado com alguns pedidos de crédito que não facilitam essa abertura, tendo em vista que às vezes são de pessoal, às vezes são de financiamento, de empréstimos, coisas que estão condicionadas muito a pagamento de pessoal e, portanto, não cabe a nós fazer essas emendas. Mas há um compromisso tanto do Marcos Dantas, como do Sérgio e da Secretária de Planejamento, da Ariany, de mandarem esse crédito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Na condição de Presidente da comissão, não fico constrangido, porque nenhuma emenda de nenhum Deputado, mesmo os que permaneceram nesta Casa, foi executada neste governo. Ou seja, nenhum centavo de emenda minha, do Deputado Cristiano Araújo, do Deputado Chico Vigilante ou de quem tenha permanecido nesta Casa, em um segundo ou terceiro mandato, foi executado.

Espero que o governo mande esse crédito, para que, quando começarem a executar as emendas dos Deputados, seja ele novato ou com vários mandatos, o tratamento seja dado de maneira igualitária. Portanto, faço mais uma vez, na condição de Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, um pedido aos articuladores do governo, do Executivo, junto a esta Casa, no sentido de que se empenhem em criar condições de, no próximo crédito suplementar, abrirmos a oportunidade para que os Parlamentares que estão no primeiro ano de mandato também tenham as suas emendas parlamentares.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Uma questão de ordem sobre um encaminhamento a esta Presidência: o pedido feito pelo Deputado Chico Vigilante via plenário sobre a inclusão do requerimento agora lido.

O Ato nº 32, de 2010, da Mesa Diretora, estabelece, no seu art. 2º: “A apresentação de requerimento para a realização de comissão geral, seminários e eventos em geral deverá ser precedida da verificação de disponibilidade de data na Agenda Geral de Eventos, aplicando-se o disposto no artigo 175, inciso VII, do Regimento Interno”.

Então, eu indefiro, Deputado Chico Vigilante, mas, assim que V.Exa. encontrar uma data, acataremos seu pedido e resolveremos o problema. Imaginem, se todos os eventos começarem a chegar no plenário, a desorganização que será esta Casa! Hoje, o evento pedido é protocolado na Casa e, se não houver data, há toda a disponibilidade desta Presidência de arrumar uma, de correr atrás, mas isso é justamente para não termos dificuldades em depois organizar os eventos na Casa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, já reservamos a data, que está acertada no Cerimonial para o dia 3 de junho, às 9h da manhã, aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Peço, então, que seja feita uma retificação no documento encaminhado à Mesa, porque ele não tem nem o carimbo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 05 2015	16h05min	45ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

do Cerimonial. Foi essa a observação da assessoria. Peço para a assessoria de V.Exa. organizar isso. Se esse pré-requisito estiver cumprido, não haverá dificuldade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Nós já acertamos lá.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos itens nº 1 e nº 2.

(A sessão é encerrada às 18h39min.)